

Instrumentos Legais e Normativos do SINASE

Cara(o) cursista, seja bem vinda/o à Unidade 3, que abordará as **Relações entre o Sinase e outros Sistemas**.

Nela, vamos tratar dos seguintes temas:

1. Relação com outros sistemas;
2. Relação SINASE e SUAS;
3. Relação SINASE e SUS;
4. Relação SINASE e Educação; e
5. Relação SINASE e Justiça e Segurança Pública.

Nesta Unidade de Ensino temos por **objetivo de aprendizagem** compreender as interfaces do SINASE com outros sistemas (SUAS, SUS, Sistema de Educação e Sistema de Justiça e Segurança Pública).

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Relação com outros sistemas

O SINASE pode ser considerado como um subsistema do sistema de “proteção geral de direitos” de crianças e adolescentes cujo intuito, é a efetiva implementação da Doutrina da Proteção Integral, denominado Sistema de Garantia de Direitos - SGD.

No documento que institui o SINASE, considera-se que, no interior do SGD, existem diversos subsistemas que tratam, de forma especial, de situações peculiares.

Dentre outros subsistemas, incluem-se aqueles que regem as políticas sociais básicas, de assistência social, de proteção especial e de Justiça voltados ao atendimento de crianças e adolescentes.

Acompanhe o esquema dessas relações.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Relação com outros sistemas

O SINASE se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais.

Convidamos você para uma reflexão sobre essas articulações.

O princípio da incompletude institucional pressupõe a construção de interfaces com diferentes sistemas e políticas, respeitando as especificidades e definindo campos de atuação articulada que ampliem as condições para a realização dos direitos. Embora a responsabilidade pela concretização dos direitos básicos e sociais seja da pasta responsável pela política setorial, a articulação das várias áreas pode ampliar a efetividade das ações.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Relação com outros sistemas

Os órgãos deliberativos e gestores do SINASE são articuladores da atuação das diferentes áreas da política social. Neste papel de articulador, a incompletude institucional é um princípio fundamental, norteador de todo o direito da adolescência que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços.

Demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outros, para a efetivação da proteção integral de que são destinatários todos os adolescentes.

Para concluir este item, pedimos uma reflexão sobre os desafios para a construção da intersetorialidade no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Relação entre SINASE e SUAS

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS é o principal instrumento de ordenamento da estruturação da política de Assistência Social. O SUAS estrutura a política de atendimento em níveis de proteção social (a básica e a especial) e, para cada um deles, estabelece um equipamento social: o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

A prática de ato infracional caracteriza-se como uma situação de risco para as crianças e adolescentes nela envolvidos. Numa análise mais profunda, quando um adolescente ou uma criança pratica um ato infracional toda a estrutura política, econômica e social está sendo questionada.

Na perspectiva dos direitos, essa prática implica em uma série de intervenções das políticas públicas no sentido de reconhecer a situação, mapear os fatores de risco, mapear a rede socioassistencial e definir as estratégias para o enfrentamento da situação específica e para a prevenção de novas situações.

Tanto a política de proteção básica quanto a política de proteção especial têm que ser acionadas em relação ao envolvimento de crianças e adolescentes com a prática de atos infracionais. No entanto, compete aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS o papel preponderante no acompanhamento dos casos.

Fique atento!

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Relação entre SINASE e SUAS

Outra interface fundamental entre o SINASE e a Assistência Social é o atendimento inicial integrado ao adolescente em conflito com a lei, a ser realizado entre o Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social.

O atendimento satisfatório ao adolescente acusado da autoria de ato infracional solicita o atendimento integrado. A materialidade desse atendimento pode se dar em um Centro de Atendimento Integrado, no qual funcionem conjuntamente o Ministério Público, o Juizado da Infância e Juventude, a Delegacia do Adolescente Infrator, a Defensoria Pública facilitando os procedimentos de apuração do ato infracional, evitando a morosidade do julgamento e eventual restrição de liberdade, bem como que se passe muito tempo entre a sentença e o cumprimento da medida.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Relação SINASE e SUS

Uma das principais dimensões do atendimento socioeducativo é a garantia das condições para o desenvolvimento pleno dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. O SINASE organiza os parâmetros da ação socioeducativa em eixos estratégicos, entre os quais se destaca a saúde. Este eixo implica tanto em que se viabilize a atenção básica nos próprios espaços de atendimento socioeducativo, em especial nas unidades de internação, quanto a garantia da referência aos serviços de média e alta complexidade.

Uma iniciativa importante para a interface entre os dois sistemas é a Portaria Interministerial MS/SEDH/SPM nº 1.426 de 14 de julho de 2004, combinada com a Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde nº 340 de 14 de julho de 2004 que define normas para operacionalização das ações de saúde ao adolescente (exclusivas para internação provisória e internação).

Outras áreas comuns aos dois sistemas citadas no SINASE são: equidade de acesso da população de adolescentes que se encontra no atendimento socioeducativo, às ações e serviço de atenção à saúde da rede do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando suas dificuldades e vulnerabilidades; acesso e tratamento de qualidade à pessoa com transtornos mentais, preferencialmente na rede pública extra-hospitalar de atenção à saúde mental; práticas educativas que promovam a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e seus parceiros.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Relação entre SINASE e Educação

Os levantamentos nacionais acerca do atendimento socioeducativo mostram que mais da metade dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas possui apenas o ensino fundamental ou ainda está cursando esse nível de ensino. Considerando a faixa etária predominante, em torno dos 17 anos, fica caracterizada uma grande defasagem idade-série.

A articulação entre o SINASE, a Educação e a Assistência Social torna-se fundamental para garantir a inserção, a permanência e o sucesso na escola dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

No caso das medidas de privação de liberdade, o desafio principal é garantir que os adolescentes sejam inseridos na rede formal de ensino. Integrado a este desafio está o de construir metodologias apropriadas ao universo desses adolescentes.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Relação SINASE, Justiça e Segurança Pública

O caráter pedagógico da medida socioeducativa deve ser assegurado em todas as etapas que envolvem o ato infracional. Por esse motivo, o SINASE tem que ser bem articulado com o Sistema de Justiça e Segurança Pública para que seja assegurada a integridade física e psicossocial dos adolescentes, o devido processo legal e o ágil e adequado encaminhamento dos adolescentes.

O atendimento inicial ao adolescente é uma das principais áreas de interlocução, na qual a Justiça, a Segurança Pública, a Assistência Social e o Atendimento Socioeducativo podem atuar para padronizar os procedimentos operacionais. A troca de informações entre os vários sistemas pode gerar um banco de dados que agilize a análise e a tomada de decisões sobre os processos e oriente o atendimento nas diversas áreas: saúde, educação, profissionalização, etc.

A garantia dos prazos estabelecidos na sentença em relação ao envio de relatórios de início de cumprimento da medida, circunstanciados, de avaliação da medida e outros necessários é outra área crucial, que depende da interação entre os sistemas.

O diálogo permanente entre o SINASE e o Sistema de Justiça e Segurança Pública pode favorecer a organização dos planos de segurança para os espaços nos quais ocorre a execução das medidas, incluindo a segurança de todos os que se encontram no atendimento socioeducativo, bem como orientações às ações do cotidiano, solução e gerenciamento de conflitos e parâmetros para a ação policial no entorno e nas áreas internas dos programas.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso permitido com citação obrigatória da fonte